

## **INVENTARIANDO PATRIMÔNIOS: MEMÓRIAS MATERIAIS E SEU APRIMORAMENTO NO ENSINO DE HISTÓRIA<sup>3</sup>**

*Josefa Jakeline Alves Oliveira*  
Graduanda em História – UFCG/CFP  
[Jakeline0922oliveira@gmail.com](mailto:Jakeline0922oliveira@gmail.com)

### **RESUMO**

Este trabalho foi desenvolvido em decorrência do projeto de pesquisa intitulado “**CIDADE(S) INVENTARIADA(S): CULTURA MATERIAL E REDES FAMILIARES EM CAJAZEIRAS, PB (1876-1900)**” tendo como fonte de pesquisa os inventários *post-mortem* desta cidade pertencentes ao arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior. A proposta é problematizar a importância dos bens móveis e imobiliários como elementos visíveis do processo de desenvolvimento urbanístico desta cidade. Entendemos esse processo inserido em sua historicidade e como elemento resultante de relações sociais e econômicas. Paralelo a isso, o patrimônio familiar será discutido como possibilidade de abordagem no ensino de história com ênfase na História Local.

**Palavras-chave:** Inventários *post-mortem* – Patrimônio Familiar – Ensino de História Local.

As informações contidas no inventário dispõem de informações em duas vertentes. A primeira é a material histórica e a segunda é as personagens históricas. Portanto, discutimos os bens materiais conciliados às relações familiares e sociais situando nossa discussão em torno do patrimônio e as questões que pairam sobre a mesma, partindo de indagações e hipóteses que possibilitam uma análise que engloba de modo coletivo e individual (família) um aparato social amplo.

Segundo Rede (1998) a Escola dos Annales abriu margem ao processo historiográfico sobre o viés de uma História problema, no qual se estabelece um diálogo pertinente entre o objeto em foco não apenas como mero reflexo de algo e as partes que o rodeiam, mas interligando-os entre causa e efeito. Desta maneira, a cultura material é para nós, passível a uma História Problema, tendo como ponto de partida questões sobre os sentidos atribuídos a materialidade histórica de acordo com a época.

Os inventários são documentos oficiais abertos por um familiar (geralmente um filho ou o(a) viúvo(a)) após a morte de alguém. Seguem um padrão de normatização

---

<sup>3</sup> O presente trabalho está sendo desenvolvido sob a orientação da professora Dra. Viviane Gomes de Ceballos e minha participação no projeto após a aprovação do mesmo pelo PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação).

estabelecido pelas *Ordenações Filipinas* que estavam em vigor desde o Brasil Colônia<sup>4</sup>. É um processo administrado pelo Juiz Municipal de Orphãos (sic) da Comarca local no qual é feita a carregação do bens no monte. Essa etapa de descrição permite a nós conhecermos o dia a dia família de modo individual, mas além disso, possibilita a construção de um panorama geral (material e espacial) desta cidade naquela época, o que segundo Magalhães (1989) é possível através dos bens. Os inventários são para nós a via de acesso à cultura material da época na privacidade do lar.

“É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de mineração e sobretudo a mão de obra.” (MAGALHÃES, 1989, p. 31)

A documentação analisada está datada entre 1876 a 1880, período este que compartilha de práticas e costumes que marcam o lugar de cada família. O conjunto patrimonial apresentava importância social, uma vez que, o Cabedal familiar era o símbolo máximo de um status pautado não na riqueza monetária e sim material, o qual reflete a ideia do mostrar publicamente até mesmo na abertura deste tipo de processo.

De acordo com Muryaktan (2007) e Alencar (2014) os bens da família assumem valores simbólicos e portanto, podem significar elementos de diferenciação e afirmação social. Por esse motivo, nossa análise insiste na existência de intencionalidades que envolvem desde a aquisição dos bens até a abertura deste processo bem como as partilhas seguintes. A frequência bem como o valor monetário de determinados bens demonstra a importância aquisitiva em resposta ao patrimônio da família.

Segundo os dados colhidos nos inventários de 1876 e 1880 e as pesquisas de Alencar (2014) e Muryaktan (2007), terras, imóveis e semoventes são os elementos de maior simbolismo aquisitivo e de diferenciação social, apesar da menor quantidade se comparado por exemplo ao mobiliário, porém o valor individual dos já mencionados é superior a todo o mobiliário de um mesmo inventário.

---

<sup>4</sup> As *Ordenações Filipinas* constituem um conjunto de regras destinados aos procedimentos a serem seguidos durante a elaboração do inventário. Prática que permaneceu até 1916 quando entrou em vigor o Código Civil Brasileiro. São permanências envoltas pelas relações coloniais mesmo em períodos posteriores ao Brasil Colônia. É um código originalmente português. Mas, seu conjunto normativo não se restringe apenas a esse tipo de processo. ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **A COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS VIÚVAS. DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822)**. Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a aquisição do grau de mestre em História, Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, 2014, pp. 43-91.

## *Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG*

As tabelas seguintes apresentam a concentração desses bens de acordo com os anos. No intervalo desses anos houve a seca de 1877-1879, fator este que veio a contribuir com uma diminuição desses bens, principalmente os semoventes, mas mesmo assim os mesmos ainda permaneceram presentes.

**TABELA 1. CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, MORADIAS E MOBÍLIA EM 1876.**

<b>INVENTARIADO(a)</b>	<b>TERRAS</b>	<b>MORADIAS</b>	<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>
<b>Anna Maria Bizerra</b>	1	2	41
<b>Hermino José de Souza</b>	1	1	2
<b>Josefa Candida Bezerra</b>	*	3	36
<b>Manoel Gonsalves da Silveira</b>	3	2	3
<b>Raimundo Joze de Freitas</b>	2	2	4
<b>Salvador de Luna Ramalho</b>	*	1	6
<b>Vitalina Maria de Jesus</b>	3	5	15
<b>Total</b>	10	16	107

Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876.

\* Não há descrição.

**TABELA 2. CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, MORADIAS E MOBÍLIA EM 1880.**

<b>INVENTARIADO(a)</b>	<b>TERRAS</b>	<b>MORADIAS</b>	<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>
<b>Antonio Lins de Albuquerque</b>	10	*	(1)*
<b>Bernadino José Ferreira</b>	2	2	5
<b>Dona Anna Rosa do Espírito Santo</b>	2	1	5
<b>Dona Antonia Jacyntha de Jesus</b>	4	3	(2)*
<b>Dona Maria Francisca de Carvalho</b>	2	1	1

## *Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG*

<b>Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição</b>	5	1	12
<b>Luiz Ambrazio Pereira Panshet</b>	2	5	(3)*
<b>Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus</b>	4	1	(4)*
<b>Mariano Gomes d'Albuquerque</b>	7	2	18
<b>Total</b>	38	16	41

Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880.

Sem informação, o documento estava incompleto.

(1), (2) e (4)\* Não há descrição.

(3)\* Não há uma descrição exata sobre mobília, possivelmente em virtude do mesmo ser negociante os bens tenham sido arrolados juntos. Por isso, não arriscamos definir o que viria a ser a mobília do lar ou a mobília que estivesse a venda em seu comércio.

Esses dados confirmam a existência de motivações que rodeiam a aquisição e manutenção dos mesmos, uma vez que, os semoventes se mostravam indispensáveis ao transporte pessoal e de mercadorias, ao arado da terra e inclusive como própria mercadoria (carne bovina). As terras por sua vez, eram a base da produção de alimentos como o milho e o feijão alimentos de subsistência local, mas principalmente do algodão o que segundo Rolim (2010) na região fora o principal produto comercial no final do século XIX e início do XX bem como o principal responsável pelo enriquecimento local, que veio a contribuir com a constituição patrimonial desse espaço urbano. Ou seja, as moradias sem dúvida, foram uma consequência local, reflexo de uma economia e símbolo de status a uma elite local.

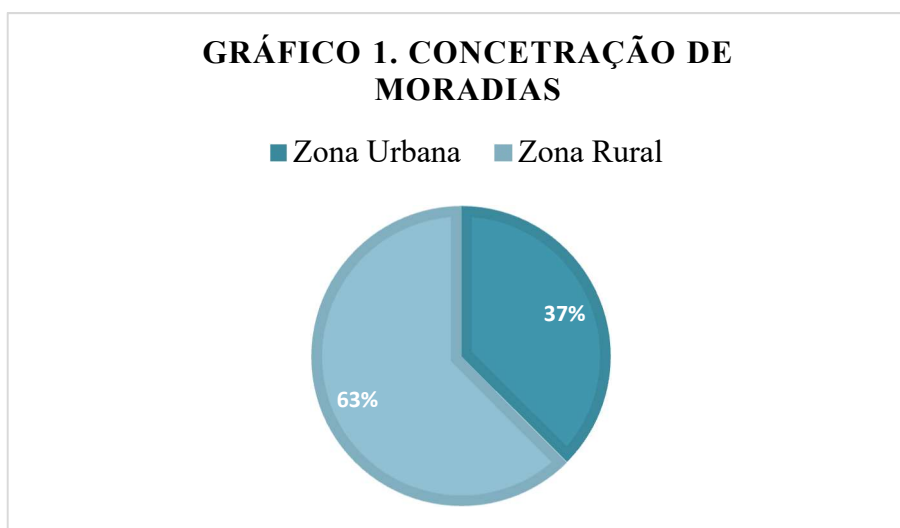
Para este momento, nossa atenção se deterá às moradias, bem como sua localização e material utilizado, expondo a importância simbólica do mesmo. Entre os dados de 16 inventários, temos a descrição de 32 casas de moradias, com margem de localização situadas no espaço rural e o urbano.

A primeira observação sobre as moradias, incide sobre a construção destas. Segundo Muyrakitan (2007) as moradias do sertão eram caracterizadas pela técnica identificada de taipa<sup>5</sup> em decorrência do baixo custo e acessibilidade ao material. A mesma assume um perfil característico aos donos de um cabedal relevante. É antes de

<sup>5</sup> Técnica que usava madeira (varas), cipós e barro, apenas.

tudo o marco final e material do patrimônio familiar. Paralelo a isso, acompanhamos a transição no processo de construção, uma vez que, o tijolho (sic) torna-se em essência elemento que contribui para a valorização do mesmo e que segundo Mota (2017) essas mudanças correspondem a um reflexo de novos gostos que antes de tudo representam padrão de civilidade e de poder aquisitivo. Além do material utilizado, a localização influencia sobre a valorização do imóvel, dessa forma os imóveis que obtemos conhecimento de sua existência nessa época caracterizam portanto, a segurança do patrimônio que se revela como um bom investimento.

De acordo com os inventários, em 1876 Josefa Candida Bezerra<sup>6</sup> possuía três casas (mas um apenas em alicerce) localizados na Rua da Matriz nº 04, Rua Nova e Rua da Aurora, o inventariado Salvador de Luna Ramalho<sup>7</sup> com um imóvel na Rua da matriz e Vitalina Maria De Jesus<sup>8</sup> duas casas localizadas na Rua de Joaquim de Souza nº 22, Rua do Comércio (sic) nº 16 e um quarto em um bêco que sai para a rua da matriz. Em 1880 apenas Lourenço Alves da Silva e sua mulher Manuela Maria da Conceição<sup>9</sup> e Luiz Ambrazio Pereira Panshet<sup>10</sup> possuíam casas situadas na zona urbana de Cajazeiras. O primeiro com um imóvel na Rua de Joaquim de Souza e o segundo com quatro imóveis na Rua Nova nº 43, Rua Feira Velha, nº 17, Rua Bella, nº 2, Rua da Aurora, nº 25.



<sup>6</sup> Inventário de Josefa Candida Bezerra, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876, Caixa Azul, 1867.

<sup>7</sup> Inventário de Salvador de Luna Ramalho, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876 (Caixa Azul 1867).

<sup>8</sup> Inventário de Vitalina Maria de Jesus, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876 (Caixa Azul 1867).

<sup>9</sup> Inventário de Lourenço Alves da Silva e sua mulher Manuela Maria da Conceição, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880 (Caixa Azul 1873-1938).

<sup>10</sup> Inventário de Luiz Ambrazio Pereira Panshet, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880 (Caixa Azul 1873-1938).

Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876 e 1880.

Os dados desse gráfico apresentam um crescimento na posse de moradias na zona urbana, tendo em vista se considerarmos o exemplo de Lourenço Alves da Silva<sup>11</sup> que possuindo 5 partes de terras possuía uma casa na cidade, desta forma há o estabelecimento das terras como símbolo de riqueza, mas além disto como mantenedor do patrimônio, uma vez que, advém delas a produção agrícola e a criação de animais. Desse modo não podemos estabelecer o espaço urbano independente do rural ou vice versa, pelo contrário, essa dependência se apresenta como característica a própria cultura e economia local. A ideia que prevalece aqui, é a de que há um deslocamento espacial ligado as práticas costumeiras, mas aberta a novas culturas.

“ ... também são constantes, nas cidades, as mudanças de valores éticos e morais, valores esses que vão se adequando ao avanço cultural e tecnológico dentro dos espaços urbanos, pois além de se constituir em um complexo material, a cidade também é um complexo cultural. E é na vivência cotidiana que seus habitantes criam, modificam, copiam ou mesmo rejeitam costumes e valores éticos e morais, quando estes passam a ser considerados ultrapassados, ou mesmo as novidades, quando estas parecem ousadas demais para os costumes locais. ” (ROLIM, 2010, 47)

Essas informações possibilitam o mapeamento espacial da expansão urbana de Cajazeiras com um total de 12 imóveis no final da década de 70 e início de 80. Através desses dados de localização constatamos também uma possível proximidade entre essas famílias, o que contribui ainda mais com o círculo de sociabilidades. Outro detalhe que chama a atenção é a localização no centro ou nas proximidades, sabendo que este é um lugar de valor monetário valorizado de atividades econômicas e relações públicas. Sobre esta última finalidade Martinez (2007) ressalta esse espaço como o lugar também para relações sociais.

“O fato de encontrar apenas 19% das famílias habitando a cidade não invalida a importância do centro urbano - *locus* da vida administrativa e política do Império; espaço das festividades, centro comercial dos negócios, das eventuais trocas de mercadorias; espaço também das sociabilidades, manifestações populares e políticas ...” (MARTINEZ, 2007, p. 91)

É o espaço das sociabilidades moldadas à costumes temporais e locais que abrem margem a discussões sobre os tipos de relações que se estabeleciam, relações

---

<sup>11</sup> Inventário de Lourenço Alves da Silva e sua mulher Manuela Maria da Conceição, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880 (Caixa Azul 1873-1938).

estas que influenciam a materialidade e que por sua vez, retornam repletos de atribuições simbólicas.

“As cidades são antes de tudo uma experiência visual, traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social ...”.  
(BRESCIANNI, 2007, 237)

Uma análise interessante sobre as ruas de Cajazeiras foi feita por Leitão (2005), no qual ele descreve as finalidades de determinadas ruas localizadas nas imediações centrais, de modo que as atribuições e referências são caracterizadas em sua maioria por um nível de prestígio social, como por exemplo a Rua Joaquim de Souza, que está localizada no centro e recebeu esse nome por atribuições públicas (primeiro escrivão de paz) e religiosas (irmão do Padre Rolim).

O processo de redefinição do espaço aos moldes urbanísticos e modernos atuais pelo qual as cidades passam ao se desenvolverem economicamente, culturalmente e espacialmente, são ao mesmo tempo uma ameaça ao patrimônio histórico local. Rolim (2010) em sua dissertação de mestrado problematizou justamente a destruição do patrimônio histórico motivado principalmente por questões econômicas. Partindo dessa afirmação e nos apropriando dos 12 imóveis já localizados na área central de Cajazeiras, nossa proposta para o ensino insiste em um ensino de História capaz de desenvolver uma consciência histórica sobre a constituição histórica de um patrimônio, sem deixar de lado as políticas públicas e instituições responsáveis como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba). Infelizmente, ainda não podemos dentre os imóveis localizados afirmar a existência de patrimônios em Cajazeiras que datam do final do século XIX nos dias atuais. Mas isso não se mostra como um empecilho a nossa proposta, uma vez que, possivelmente não existam mais, uma pesquisa patrimonial que use documentos como a exemplo os próprios inventários podem apresentar uma rede patrimonial. A nossa proposta não consiste na ideia do estudo patrimonial em suas atribuições físicas, sendo possível é uma ótima oportunidade, mas ao exemplo de Cajazeiras, propomos uma educação imagética patrimonial, ou seja, apesar da não existência física, ser possível conhecer através do processo historiográfico uma rede patrimonial local, baseada na análise de documentos.

Essa proposta consiste em dois vieses, a primeira incide sobre a formação continuada do professor pesquisador, após sua formação e durante sua atuação enquanto professor e a segunda é a aplicação ou utilização de métodos e conteúdos, de modo a desenvolver a capacidade crítica dos alunos, bem como a conscientização histórica e conhecimento do processo historiográfico.

A ideia nesse momento parte da afirmação de Bresciani (2007) que chama a atenção para a valorização da cultura material entendendo-a como passível de historicidade, mesmo diante de empecilhos naturais do tempo por exemplo.

“ É impossível deixar de sublinhar ainda uma vez a estreita relação entre experiência visual, o saber culto e a valorização de parte da cultura material da cidade; relação que se completa nas políticas de intervenção, neste caso, não de reforma, mas de preservação e constituição de uma memória imagética, uma história expressa em pedra, tijolos, ferros, vidro ...”  
(BRESCIANNI, 2007, 257)

Por este motivo reafirmamos a importância do estudo e valorização da cultura material refletindo sobre as especificidades do momento e como afirma Funari (2008) “... deve ser entendida como tudo que é feito ou utilizado pelo homem” (p. 85). Portanto, é o estudo da Cultura material de modo geral, mas que está sempre relacionado aos agentes históricos, entendendo a cidade como o palco de toda ação.

#### **FONTES:**

**Inventariado/a \_ Inventariante \_ Data de abertura do processo \_ Quantidade de folhas \_ Arquivo:**

Raimundo Joze de Freitas / 07 de fevereiro de 1876 / 28 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior – Caixa Azul 1867.

Anna Maria Bizerra / 10 de fevereiro de 1876 / 89 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior – Caixa Azul 1867.

Vitalina Maria de Jesus / José Vicente de Albuquerque / 28(?) de fevereiro de 1876 / 70 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1867.

Josefa Candida Bezerra / 03 de março de 1876 / 41 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior – Caixa Azul 1867.



## *Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCEG*

Manoel Gonsalves da Silveira / Dona Maria Francisca Xavier / 18 de maio de 1876 / 70 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1867.

Salvador de Luna Ramalho / Dona Anna Rodrigues Ramalho / 19 de junho de 1876 / 72 fls. (possui testamento) / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1867.

Hermínio José de Souza / 30 de novembro de 1876 / 34 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior – Caixa Azul 1867.

Dona Anna Rosa do Espirito Santo / Antonio Lins d'Albuquerque / 03 de fevereiro de 1880 / 18 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1873-1938.

Dona Maria Francisca de Carvalho / Damião Antonio de Abreu / 08 de março de 1880 / 12 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1873-1938.

Luiz Ambrazio Pereira Panshet / Dona Felermina Bezerra Panshet / 26 de abril de 1880 / 72 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1873-1938.

Mariano Gomes d'Albuquerque / Dona Delfina de Jesus do Espirito Santo / 08 de julho de 1880 / 27 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Cinza 1851-1883.

Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição/ Justino Alves da Silva / 09 de julho de 1880 / 15 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1873-1938.

Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus / Henrique de Souza Oliveira / 04 de setembro de 1880 / 31 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1873-1938.

Bernadino José Ferreira / Dona Anna Jozefa d'Alexandria / 28 de setembro de 1880 / 15 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1873-1938.

Dona Antonia Jacyntha de Jesus / Antonio Lins de Albuquerque / 02 de outubro de 1880 / 18 fls. / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Azul 1873-1938.

Antonio Lins de Albuquerque / Antonio Lira de Albuquerque / NÃO HÁ DESCRIÇÃO / 9 fls. (INCOMPLETO) / Arquivo Fórum Doutor Ferreira Junior - Caixa Cinza 1883.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822)**. Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a aquisição do grau de mestre em História, Fortaleza, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. FONTES HISTÓRICAS. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. pp: 83-110.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. **INVENTÁRIOS E SEQÜESTROS: FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL**. Revista do Departamento de História. 9 (1989): pp 31-45.

MOTA, Antonia da Silva. **Aspectos da Cultura Material nos Inventários post-mortem da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Actas do congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Disponível em: [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/antonia\\_silva\\_mota.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/antonia_silva_mota.pdf) acessado em: 05 de outubro de 2017.

MUYRAKTAN, Kennedy de Macêdo. **Crias de gado: cabedal familiar nas fazendas sertanejas e Sob(re) o mesmo teto: casas de vivenda e cultura material**. RÚSTICOS

CABEDAIS: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc XVIII). Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2007.

REDE, Marcelo. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material**. In: Anais do Museu Paulista História e Cultura Material. São Paulo. N. Sér. v.41996. pp. 265-282.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

TEIXEIRA, Adriano Braga. **Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural**. Mal-Estar e Sociedade – Ano V - n.8 - Barbacena-janeiro/junho 2012. pp.63-83.